



# Anais da Assembléia

N.º 21

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 1.º DE ABRIL DE 1976.

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Mugiaty Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados Fidelcino Tolentino, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Osvaldo Macedo e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas parlamentares, requer após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos de hoje, de voto de louvor ao programa de televisão “Entre Nuvens e Estrelas” pelo seu 14º ano de ininterruptas apresentações através da Televisão Paranaense Canal 12, todos os sábados, sempre com o apoio irrestrito da direção geral daquela emissora de televisão e o trabalho inteligente de seu criador Tenente Átila José Borges, e sua equipe.

Outrossim, requer, seja dada ciência da decisão do Plenário, ao Sr. Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, diretor da Televisão Paranaense, bem como aos responsáveis pelo programa.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1976.

(a) WERNER WANDERER

### JUSTIFICATIVA:

Sentimo-nos na obrigação de louvar o programa “Entre Nuvens e Estrelas” e todos aqueles que dele tomam parte na sua elaboração e apresentação, seu criador Tenente Átila José Borges, Ivan Borges Sampaio, o apresentador, bem como os senhores Ayrton Borges, Claudino H. de Lima, Abílio Bastos e Jair Santos, quem com seu trabalho conseguiram atingir o 14º ano de apresentação ininterrupta, sempre com o apoio incondicional da direção geral do Canal 12. Nestes anos todos, o citado programa conseguiu manter o alto nível em suas apresentações, e,

principalmente, despertar o espírito aeronáutico de nossa gente e principalmente de nossa juventude, através da mostragem das coisas de nossa força aérea, do paraquedismo e da aviação civil. Externamos pois nosso louvor e reconhecimento aos homens que trabalham, com alto espírito patriótico, e tornam possível a apresentação do “ENTRE NUVENS E ESTRELAS”.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer, após ouvido o plenário, seja inserto na Ata desta sessão, voto de congratulações ao preclaro e dinâmico Rev. José Ferreira Filho, pela sua assunção à direção do Departamento de Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Paraná.

Requer outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado e à Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei e, tendo em vista os noticiários circulantes hoje nos jornais desta Capital, com referência ao ultimatum do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, aos Senhores Governadores dos Estados, sobre as obras que se encontram paralisadas e as que vêm sofrendo morosidade em seu andamento, requer após ouvido o plenário, faça consignar ao Presidente da Nação, votos de regozijos pela medida eminentemente saneadora de abusos cometidos por Governadores que, muitas vezes, por fins públicos, têm paralizados o andamento de obras e serviços de relevantes interesses públicos.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1976.

(a) LÚCIO MACHADO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, após ouvido o plenário, a constituição de uma Comissão Parlamentar para representar o Poder Legislativo, na XII Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina a realizar-se no período de 03 a 11 de abril do corrente ano, no Parque Governador Ney Braga, daquela cidade, onde se farão presentes autoridades federais, e de outros Estados da República Federal do Brasil.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1976.

(a) DEL CIEL

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães, a fim de que o mesmo determine uma melhor conservação à estrada PR-59, que demanda de Ponta Grossa-Teixeira Soares-Irati.

Estrada de grande afluxo de veículos, pois ali está situada uma das maiores indústrias do fabrico de manilhas do Brasil, a Cerâmica São Sebastião, como também outras pequenas indústrias e um grande número de Senhores Comerciantes e Agricultores que utilizam para escoamento de seus produtos a referida

Estrada, e, nada mais justo que fazer com que o Governo proporcione um escoamento de seus produtos em condições senão totais, mais amenizadas pelo menos, em dias de chuvas, com o cascalhamento e valetamento da PR-59, pois o atual estado da Estrada é precário e não dá condições em dias chuvosos de transitabilidade, arcando os paranaenses que dela se utilizam com enormes prejuízos financeiros pela falta da melhoria solicitada.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o envio de expediente a Sua Excelência o Senhor JAYME CANET JUNIOR, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, sugerindo ao mesmo que, quando da nova reformulação do REGULAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, venha a determinar a alteração do Parágrafo 1º do Art. 3º do Regimento do Conselho Estadual de Educação, no sentido de que, os Reitores das Fundações Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, e o Chefe do Departamento de Assuntos Universitários da Secretaria de Educação e Cultura, sejam membros natos do referido Conselho Estadual de Educação.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1976.

(a) GABRIEL SAMPAIO

## JUSTIFICATIVA:

Não se pode deixar de admitir nem de convir, que as Fundações Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, já em fase definitiva de implantação de seus Campus Universitários, adquiriram "status" de Instituições de Ensino Superior, com estrutura que faz frente às demais Instituições do gênero do País.

A participação destas Universidades, através de seus Reitores no Conselho Estadual de Educação, é um imperativo, mesmo porque tais instituições se encontram perfeitamente inseridas dentro de distritos geo-educacionais que representam os anseios das comunidades localizadas nestas importantes regiões do Estado. Há que se destacar igualmente, que tais instituições possuem estrutura educacional formada nos moldes da legislação em vigor, fixada e orientada pelos órgãos superiores da Educação do País.

Por outro lado torna-se evidente destacar-se a recomendação sugerida pelo Pe. José de Vasconcelos, Presidente do Conselho Federal de Educação em seu documento "A UNIVERSIDADE", apresentado no IX Encontro de Secretários de Educação, Presidentes do Conselho Estadual de Educação, com a participação das Universidades, levado a efeito em Porto Alegre entre os dias 24 e 26 do ano de 1975, quando diz: "Repensar a representação das Universidades nos Conselhos Estaduais de Educação e estudar a fórmula de institucionalizar esta indicação".

O Ministério da Educação e Cultura vem acatando a tese da integração entre as instituições de ensino superior e outras e o sistema oficial. O próprio Ministro da Educação em documento apresentado na mesma oportunidade e sob o título UNIVERSIDADE - POTENCIAL A SERVIÇO DO SISTEMA DE ENSINO - afirma: As universidades obviamente devem assumir a liderança do processo reformista, por sua condição especial de formadora dos recursos humanos (docentes e não docentes) que atuam nos subsistemas de ensino de 1º e 2º grau. Importa, por outro lado, considerar a necessidade de uma articulação mais efetiva entre as instituições universitárias e os sistemas estaduais ou regionais de ensino, para aquelas em proveito de sua própria eficiência externa e, para estes em benefício da consolidação dos esforços de implementação das diretrizes e bases da Lei nº 5692/71.

A legislação que disciplina a representatividade dentro dos

Conselhos Estaduais de Educação, Lei número 4024, de 20 de dezembro de 1961, diz em seu Art. 5º: São assegurados aos estabelecimentos de ensino público e particular, legalmente autorizados adequada representação nos Conselhos Estaduais de Educação, e o reconhecimento para todos os fins dos Estudos neles realizados.

O Art. 10 ainda diz: "Os Conselhos Estaduais de Educação", organizados pelas leis estaduais que se constituem como membros nomeados pela autoridade competente, incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular do Estado de notório saber e experiência em matéria de educação, exercerão as atribuições que esta lei lhes consigna.

Ainda o Art. 2º do Parágrafo 2º do Decreto Lei número 532/69, de 16 de abril de 1969, assegura a representatividade da SUNAB, das categorias econômicas e profissionais interessadas e dos pais de família, cabendo a indicação às entidades de âmbito regional, na comissão de encargos educacionais do CEE.

Finalmente, a participação efetiva do Departamento de Assuntos Universitários da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, é uma forma de integração entre a rede estadual do Ensino Superior e o órgão legislativo do Estado em matéria de ensino superior. Aliás, ressalte-se que esta fórmula foi preconizada no IX Encontro realizado em Porto Alegre. Tal participação considerada como integração entre o legislativo e o executivo (Faculdades/Universidades e o Conselho Estadual de Educação), assume papel de relevante importância para o ensino superior.

Tal participação é realmente de tal valor que, o Decreto Lei número 874/69, de 16 de setembro de 1969 assegura a inclusão obrigatória do titular da entidade digo da antiga diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura na composição do Conselho Federal de Educação. Hoje, o Decreto número 66544, de 11 de maio de 1970, através do seu Art. 2º assim disciplina a matéria: "Tendo em vista o Art. 2º, item V, alínea "e", do Decreto número 66296, de 03 de março de 1970, integrará o Conselho Federal de Educação, nos termos do Disposto no Decreto-Lei número 874 de 16/09/69, o Diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU). MEC.

As atribuições do Departamento de Assuntos Culturais digo Universitários da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura através do Decreto número 205/75, de 04/04/75, publicado em Diário Oficial de 09/04/75, define a atuação do DAU/SEEC junto à rede Estadual de Ensino Superior, cujos objetivos serão melhor atingidos através da efetiva interrelação com o CEE.

O regimento DAU/SEEC estabelece a necessidade de uma eficiente integração com o CEE, CFE e DAU/MEC para maior e mais agressiva atuação junto às Fundações Estaduais que se tornam dia a dia cada vez mais independentes da Estrutura Administrativa financeira do Estado, com sérios riscos futuros.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvido a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA - COPEL, Dr. Arturo Andreoli, no sentido de que determine seja realizada a eletrificação rural do município de Quatro Barras, a exemplo do que já foi efetuado em outros municípios pertencentes à região metropolitana.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1976.

(a) ALFREDO GULIN

## JUSTIFICATIVA:

É Quatro Barras, um município que se destaca pelas suas granjas, Olarias e Fornos de cal, além do setor agrícola que se acha em franco desenvolvimento.

Assim sendo, a exemplo do que já foi feito em outros municípios pertencentes à região metropolitana, aliás, com grande

propriedade e excelentes resultados, pleiteiam aqueles moradores, que também recebam o mesmo benefício e seja então, realizada a eletrificação rural de Quatro Barras, que também é um município de marcante importância a nossa região.

Solicitamos, pois, aos ilustres Pares, o devimento apoio e consequente aprovação do presente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, informações sobre a Indenização de Imóveis Rurais, atingidas pelo alargamento da estrada que liga Cafezal à Pérola, se tal pagamento cabe às Secretarias, visto que a maioria dos proprietários dos referidos imóveis suas áreas são inferiores a 5,00 alqueires paulistas ou sejam 121.000 metros quadrados.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1976.

a) Ernesto Gnoato

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Jayme Armando Prosdócimo. M.D. Secretário de Estado das Finanças, solicitando informações sobre a programação para a construção da Agência de Rendas do Município de Capanema.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1976.

a) Deni Schwartz.

#### JUSTIFICATIVA:

- 1)- A Agência de Rendas de Capanema, está instalada em condições precárias;
- 2)- Pela Lei Municipal nº 09/74 de 13/08/74, foi feita a doação de um lote (nº 7 da quadra 02, Setor S.E.), destinado especificamente a tal fim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo).— Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO.— Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dei entrada, à Mesa, de um requerimento cujo teor quero, desta tribuna, dar conhecimento a V. Exas. sobretudo porque o assunto, em torno do qual ele versa, é de significativa importância para este Poder. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve requer, na forma regimental, que se encaminhe ofício à Comissão de Constituição e Justiça do Senado e ao Senador Mauro Benevides, manifestando o apoio desta Assembléia Legislativa ao Projeto de Lei que regulamenta o Art. 45, da Constituição Federal.

Esse Projeto de Lei, de autoria do Senador Mauro Benevides, de conformidade com o Art. 45 da Constituição, estabelece no Art. 1.º, que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal “fiscalização” os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, sem prejuízo da fiscalização exercida com fundamento em outros dispositivos constitucionais”.

Dispõe o Art. 45 da Constituição Federal, que a “Lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta”.

A Constituição conserva aqui, como observa Manoel Gonçalves Ferreira Filho, o texto que, como parágrafo único, fora acrescentado ao Art. 65, da Constituição de 1946, pela Emenda Constitucional nº 17, de 26 de Novembro de 1965. Do Projeto de Constituição enviado ao Congresso pelo Presidente Castelo Branco, em 1967, não constava este dispositivo.

Foi ele então, objeto de emenda aditiva oferecida pelo Senador Josaphat Marinho que estava assim justificada: “Parece-nos da maior importância a conveniência o preceito. Através dele o Congresso poderá definir com objetividade o alcance de sua função de controle, tanto mais oportunamente quanto se está reduzindo a sua capacidade legislativa. O Art. 69 do Projeto cuida apenas da fiscalização financeira e orçamentária, que não abrange, notoriamente, todos os ângulos do poder de controle que detem o Congresso Nacional”. A emenda foi aprovada e passou a constituir o Art. 48 da Constituição de 1967, com a seguinte redação: “A lei regulará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo e da Administração descentralizada”. Em 1969 por força da emenda nº 1, o dispositivo trocou de lugar, passando a figurar no Art. 45, e mudou-se, também, a redação da parte final, pois se referiu a expressão administração “indireta” à “descentralizada”, relativamente ao alcance da fiscalização.

Na verdade, este dispositivo é de grande importância e poderá servir para que o Congresso Nacional afirme e aperfeiçoe o seu poder de fiscalização, que no Estado contemporâneo, parece ser o poder por excelência dos Parlamentos, o único que estes estão em condições de exercer eficientemente. É que, como diz Manoel Gonçalves Ferreira Filho, “a prática das delegações, o *leadership* exercido pelo “Executivo”, fenômeno que, mais ou menos pronunciados ou disfarçados, se observam em toda a parte, vem deixando as câmaras como meros órgãos de fiscalização onde se debatem, criticam e justificam as opções governamentais para edificação da opinião pública”.

Todavia, o dispositivo constitucional jazia intocável, malgrado o Poder Legislativo brasileiro, no plano Federal, e mesmo nas esferas estadual e municipal, tivesse consciência de que, desfigurado e sem meios de recuperação, a tarefa de fazer leis, já não era a sua principal função diante do gigantismo do Executivo.

Na mesma Constituição, o Art. 70, que trata do controle financeiro do Executivo, também permaneceu por um lapso de tempo bastante prolongado à espera de regulamentação que, afinal, surgiu na legislatura passada. Estava vencida apenas uma primeira etapa no caminho pretendido pelo Parlamento e o seu maior mérito terá sido o de servir de trampolim para a investidura seguinte, ou seja, a regulamentação do Art. 45, muito mais importante que o Art. 70.

O ponto principal do Art. 45 não é prever a fiscalização dos atos do Poder Executivo, pois isto é uma conquista histórica, de há muito consagrada. O cerne da questão está em prever a fiscalização parlamentar da administração indireta. “Não raro - escreve o citado constitucionalista paulista - sonegam-se os atos desta administração indireta à fiscalização parlamentar, sob a alegação de que, tendo as entidades que a desempenham personalidade jurídica própria, distinta do Estado, estavam fora do alcance do controle parlamentar que só abrangia a atividade, direta e centralizada, do Estado. Em face do texto em exame não há tergiversação possível. A fiscalização parlamentar alcança a administração indireta, ou seja, a que se realiza por pessoa jurídica distinta do Estado.

Para Pontes de Miranda, em comentário ao referido Art. 45, “a falta de fiscalização da administração descentralizada tem sido um dos grandes males do Brasil. É de importância frizar-se que a permissão da edição de lei que regule a fiscalização, põe nas mãos dos deputados ou dos senadores ou daqueles e desses poderes que podem evitar a tumultuosa e calamitosa feitura de portarias e instruções, a ausência, por parte do Poder Executivo, de exame e vigilância do que se passa com as obras públicas, principalmente nas administrações descentralizadas, como a das Reitorias e das Autarquias”.

Neste sentido, o projeto do Senador Mauro Benevides prevê, minuciosamente, no Art. 2º, que a “fiscalização será

exercida: a) quando se tratar da administração centralizada, sobre todos os atos administrativos, executados os regulamentares; b) quando se tratar da Administração indireta, que para os efeitos desta lei compreende as autarquias, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as fundações, sobre os atos de gestão administrativa, patrimonial e financeira”.

Para o exercício da fiscalização desses atos, o projeto institui (Art. 3º) duas comissões permanentes, uma na Câmara dos Deputados e outra no Senado Federal, ambas denominadas “Comissão de Fiscalização e Controle”, compostas cada uma de quinze membros com observância do critério da proporcionalidade partidária. Para cumprirem as suas atribuições, essas comissões poderão, consoante o Projeto (Art. 4º): I - Convocar ministros de Estado, funcionários civis e militares e dirigentes de entidades da administração indireta; II - Solicitar, por escrito, informações à administração direta e à indireta sobre a matéria sujeita a fiscalização; III - Promover a tomada de depoimentos e a inquirição de testemunhas; IV - Requisitar documentos públicos necessários à elucidação do fato objeto da fiscalização; V - Providenciar a efetuação de perícias e diligências.

Ao concluir a fiscalização, se preconiza no Projeto (Art. 5º) que “A respectiva comissão fará relatório circunstanciado, com indicação - se fôr o caso - dos responsáveis, e das providências cabíveis, devendo sobre o mesmo manifestar-se, por maioria de votos, o plenário da respectiva Casa do Congresso Nacional”.

Ressalva-se, no projeto do Senador cearense, que “a matéria que for objeto de apuração por comissão da Câmara dos Deputados ou Senado Federal fica excluído de apuração, por qualquer instância administrativa (Art. 5º, parágrafo único), o que sem dúvida, representa um prestígio à fiscalização exercida pelo Congresso Nacional.

É de se crer que, em face da instituição dessas comissões de Fiscalização e Controle, de caráter permanente, cessem os apelos à sistemática das inócuas Comissões de Inquérito, de caráter temporário que até hoje não tiveram êxito na apuração de fatos ou fatos determinados na administração direta do Executivo. Não é sem fundamento que o professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, ao se referir à fiscalização, exercida pelas Comissões de Inquérito, no regime presidencialista, define-a como grosseira e menos eficiente.

Assim, pode-se afirmar que as ineficientes e sem qualquer prestígio. Comissões Parlamentares de Inquérito serão sucedidas com vantagem, pelas Comissões de Fiscalização e Controle, tendo em vista a eficiência e autoridade de que estarão investidas pela lei e, com jurisdição ampla, praticamente sem limite, sobre o Executivo.

Como nada resta ao Parlamento brasileiro alternativa melhor do que a de se transformar em órgão fiscalizador; a iniciativa do Senador Mauro Benevides vem, pelo menos, contribuir para ampliar as esperanças do combalido Legislativo.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1976.”

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).  
O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, segundo orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “Verdadeiramente a censura federal vem atentando contra a nossa cultura. O episódio da proibição do “Balé Bolshoi” é um atestado inequívoco de que, os censores, de arte e de música, nada entendem ou pretendem entender demais.

Como conseguir melhorar a qualidade nos programas de TV, com tal censura? Como fazer as grandes camadas da população assimilarem demonstrações culturais, se homens refratários e despreparados à beleza artística, assumem a autoridade de filtrar o que “é bom e o que é ruim para a nossa cultura”?

Como acreditar-se num avanço e desenvolvimento da

Nação, se espíritos insensíveis e avessos ao intercâmbio cultural, impedem que se abram as fronteiras da mente humana, acompanhando a evolução global deste planeta?

A continuar com este garroteamento pela censura federal, brevemente seremos uma ilha de desinformação e retorcimento na evolução cultural porque atravessam as demais Nações do globo.

Como falar-se em “Potência Emergente” enquanto se proíbe ao povo de assistir um espetáculo de tal magnificência, capaz de atingir uma platéia de mais de 300 milhões de almas”?

Esta é a minha opinião pessoal. Para que ela não seja imparcial, lerei um artigo do “O Estado de São Paulo” a propósito desse lamentável episódio. (Lê):

“Há situações de tal modo constrangedoras para a consciência de um povo que aspira a entrar no concerto das nações culturalmente mais adiantadas do mundo que, diante delas, melhor seria manter o silêncio como única forma eloquente de expressar o profundo pesar que causam no seio da opinião pública brasileira.

Mesmo para aqueles que, como nós, se acostumaram aos desvarios da censura, as suas descabidas proibições e restrições, certos fatos não deixam de causar perplexidade, quanto mais não fosse por se desconhecer o móvel que os impulsiona. Qual Minerva, onisciente, assume a censura, sem o menor pudor, a função de decidir o que é bom e o que não é bom para seus auditos em todos os campos, inclusive o da cultura.

Na última sexta-feira à noite, foi a opinião pública sacudida com a notícia de que estava suspensa a exibição, pela TV Globo, de um “video-tape” do balé “Romeu e Julieta” apresentado pelo Bolshoi de Moscou. Gravado em janeiro, esse espetáculo em comemoração ao bicentenário do conjunto, um dos mais famosos do mundo, seria exibido no Brasil numa programação que alcançaria também outros 111 países, devendo ser visto assim por mais de 300 milhões de espectadores.

Como não podia deixar de ser a informação divulgada pela emissora de que o programa seria exibido às 22 horas de domingo manteve na expectativa milhões de brasileiros que, ao contrário do que pensam muitos, gostam de ver bons espetáculos, sobretudo quando se trata de manifestações culturais. No Brasil, particularmente, é grande o número de pessoas que se interessam por balé, que procuram por todos os meios não perder as poucas oportunidades que têm de ver exhibições do nível proporcionado por esse conjunto que desfruta de prestígio artístico nas diferentes zonas de influência política em que se divide este nosso pequeno e grande mundo. Jovens e adolescentes sobretudo reservaram a noite de domingo para assistir à exibição do Bolshoi, uma opção inusitada no triste panorama oferecido semanalmente pela televisão brasileira a quem pretende aproveitar as horas de lazer com alguma coisa que lhe enriqueça o espírito.

No entanto, todas essas pessoas viram frustradas suas expectativas pela decisão não só extemporânea da censura poribindo a exibição do espetáculo do conjunto russo, mas também um tanto misteriosa, pois até agora, passados cinco dias da data em que adotou a medida esdrúxula, não se conhecem as razões que a justificaram.

Dessa forma, deixou o Brasil de ser o 112º país a ver a célebre peça de Shakespeare transposta para o balé.

Se a medida em si mesma causou perplexidade, maior ainda foi a perplexidade originada da forma como foi ela decretada. Realmente, como se tivessem a consciência pesada, autoridades que determinaram a suspensão do espetáculo proibiram também a emissora de televisão que desse qualquer explicação ao público sobre o fato. Em Brasília, o Departamento de Polícia Federal negou-se a dar qualquer justificação das causas da medida, limitando-se apenas a comunicar que só podiam confirmar a proibição.

Por sua vez, o chefe da Censura Federal, Sr. Rogério Nunes afirmava que não tinha nenhuma informação a prestar e acrescen-

tava lacônico: "Não sei de onde veio a ordem. Perguntem à emissora de televisão". No Ministério da Justiça, dizia-se que a ordem teria partido da Censura Federal.

Se parasse aí, o episódio já fazia lembrar certas passagens dos romances do não ainda censurado Franz Kafka que marcou sua presença na literatura mundial com a descrição do absurdo de certas situações, diante das quais os homens, que se esforça por explicar tudo com os dados da razão, se sente inteiramente perplexo. Como se poderia realmente atinar com os insondáveis motivos que teriam a censura a proibir um espetáculo dessa natureza. Como era de esperar, surgiram especulações de toda espécie, controvertidas com as próprias medidas de censura. Correu, entre outras coisas, que a proibição talvez se explicasse pela proximidade da exibição do conjunto russo com o dia 31 de março, quando ao se comemorar o 12º aniversário da Revolução a TV Globo irá apresentar o espetáculo "Brasil Ano 12". No Itamaraty dizia-se que o Governo não vê com agrado as exhibições de espetáculos soviéticos no Brasil. Comentou-se à boca pequena que a medida proibitiva seria uma forma de represália das autoridades brasileiras contra as declarações de Brezhnev, no XXV Congresso do PCUS realizada recentemente nas quais o líder soviético fazia restrições ao regime do Brasil. Da mesma forma lembrou-se, entre as possíveis razões, um incidente com diplomatas soviéticos no Brasil.

Esse quadro Kafkiano ganhou cores mais fortes com as declarações feitas na segunda-feira, pelo Líder do Governo na Câmara, Deputado José Bonifácio, no declarar depois de proclamar-se sem condições de emitir juízo sobre o assunto — pois não conseguira comunicar-se com o Ministro Armando Falcão — que "deve ter havido alguma coloração política ou algum aspecto moral para a decisão". Isso sem falar em comparações feitas pelo Deputado entre o Bolshoi e artistas populares brasileiros, que, pelo disparate que encerram, não podem sequer ser comentadas.

Como se previa, a proibição teve grande repercussão no Senado, na Câmara, assim como na Assembléia e na Câmara de Vereadores de São Paulo. Disse com razão o Senador Paulo Brossard que "a proibição do balé, colocando o Brasil numa situação singular em todo o mundo, fez num só dia mais mal ao País do que os 12 anos de manifestações externas em desfavor dos governos do Brasil. O que todos os banidos não conseguiram fazer..."

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Presidência comunica o nobre orador que o seu tempo está esgotado, concedendo-lhe mais 1 minuto para a conclusão.

O SR. NILSO SQUAREZI — Obrigado. (continua a leitura): "... em 12 anos — acrescentou — o Governo conseguiu fazer num só dia".

"A esta altura cabe perguntar: a quem aproveita a proibição da exibição do Bolshoi? Não certamente ao povo brasileiro que se vê assim privado de presenciar um espetáculo famoso em todo o mundo como uma das mais lídimas manifestações da cultura. Nem tampouco ao Governo, podemos acrescentar sem medo de errar, que denota com a medida não grandeza, mas pequenez de propósitos. Sobretudo às vésperas da viagem do Presidente Ernesto Geisel à Inglaterra, o qual, ao que se diz, desconhecia inteiramente a proibição, o fato só trará consequências negativas para a imagem do País no Exterior. Além do mais, é difícil compreender a medida num momento em que o Itamaraty procura viver harmoniosamente com a União Soviética, fazendo o que seus responsáveis chamam eufemisticamente de "política pragmática", apressando-se em reconhecer o Governo de Angola, antes mesmo de se ter ele estabelecido. Como compreender pois a proibição como represália política? Sobretudo como se pode adotar represália política com uma medida que atinge o âmbito cultural, o único que ainda resta ao homem para aproximar-se de seu semelhante? Se o Governo tinha razões ponderáveis para adotar a medida, que o fizesse, declarando abertamente seus motivos, não dei-

xando no ar uma indagação que só tem cabida em romance policial.

Ou seria este um ato arbitrário de autoridades sem preparo para desempenhar as funções que lhes são atribuídas? Se o fôr, não é justo que pague por ele, o público brasileiro que fica assim distanciado das manifestações culturais, como acontece aliás nos países da "cortina de ferro" e o próprio Governo, cujo prestígio sai arranhado do episódio".

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, por 5 minutos.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Ivo Thomazoni que até ontem, ou, até antes de ontem este Deputado o tinha na conta de um parlamentar bastante equilibrado, com uma seriedade fora de dúvidas, quis, da tribuna, nos dar lições de democracia, de patriotismo, de brasilidade.

Lamentavelmente, o Grande Expediente da sessão de hoje desta Assembléia já está totalmente tomado. E por esta razão este Deputado, não terá o prazer de discutir este assunto, naquele expediente, quando poderíamos conceder apartes. Por esta razão, Sr. Presidente, fazemos no Pequeno Expediente informando que quando o MDB não indicou para a data do 12º aniversário da Revolução, foi porque nós sabíamos tratar-se de um ato festivo, de uma homenagem.

Se o MDB fizesse esta indicação, nosso portavoz teria naturalmente, não apenas que homenagear, mas também fazer uma cobrança do compromisso democrático da Revolução. É evidente, que não faria apenas um discurso laudatório, mas uma análise de crítica, respeitosa, honesta e real, seria este o dever, da honestidade intelectual.

Nós poderíamos não sermos entendidos. O silêncio não é crítico, ele foi respeitoso a interesses maiores.

Com referência à atitude deste Deputado, de, valendo-se da forma regimental, solicitar da Presidência a verificação de quorum numa sessão ordinária, foi porque, Sr. Presidente, nós tivemos a precaução de contar os Srs. Deputados que estavam no plenário, quando o Deputado, representante da ARENA, fazia o seu discurso em nome daquela ilustrada bancada, de homenagem ao Governo Revolucionário, lá estavam cinco Deputados arenistas, e a bancada do MDB com 11.

Agora, Sr. Presidente, de quem é a atitude desrespeitosa, é do MDB, que estava aqui com 11 Deputados ou da bancada da ARENA, com cinco.

Quando o Sr. 2º Secretário incicou a chamada nominal para verificação de quorum, os deputados apareceram, cansados, pela carreira que evidentemente deram de seus gabinetes, ou de outros locais, para este plenário.

Pois bem, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, V. Exa. que agora se transformou em pitonisa, adivinha o que vai ocorrer no Plenário. Já traz o discurso escrito? Saiba da verdade, antes de tentar incompatibilizar um parlamentar, um jovem que procura ter personalidade, e nada mais do que registrar um pequeno esforço pelo aprimoramento e democrático da sua Pátria, saiba da verdade para não vir fazer um discurso totalmente desequilibrado...

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Esta Presidência informa que o tempo está esgotado e concede mais um minuto ao orador.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Apenas quero esclarecer aos companheiros que este Deputado foi profundamente ferido no seu sentimento de brasilidade.

Quero dizer ao Deputado Ivo Thomazoni, Deputado de outras Legislaturas, que até antes de ontem eu o tinha na conta de um parlamentar equilibrado, quero dizer que efetivamente a intenção fora aquela de chamar a sua bancada à responsabilidade, para que este Plenário prestasse a reverência devida ao orador que lá estava, mas não ao aniversário de um Governo Revolucionário que, efetivamente, ainda não trilhou realmente -



os caminhos da democracia que todos desejamos. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. DEPUTADO LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo da nossa permanência na tribuna no dia de hoje deve-se ao fato de lamentavelmente não conseguirmos terminar a tempo um requerimento para ser lido no expediente da Casa.

Nos últimos dias estamos recebendo numerosos pais que estão com seus filhos matriculados e estando em estabelecimentos particulares e que não podem mais frequentar as aulas por não terem completado sete anos até dezembro de 75.

É que existe uma norma da Secretaria de Educação que proíbe a estas crianças frequentarem o primeiro ano escolar.

E é fácil de se perceber que uma criança que nasce no mês de janeiro, fevereiro ou março, que perderia um ano de sua vida escolar, pois só quando completar oito anos é que poderá frequentar os bancos escolares.

Nestas condições, fazemos um requerimento ao Sr. Secretário da Educação e que passaremos a ler: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, requer seja encaminhado um expediente ao Senhor Secretário da Educação e Cultura, Doutor Francisco Borsari Neto, solicitando AUTORIZAÇÃO para que as crianças já matriculadas no 1º ano do 1º grau de ensino (1º ano primário), possam prosseguir normalmente seus estudos, muitos embora não estejam enquadradas na faixa regulamentar de idade, que exige tenham completado 7 (sete) anos até, no máximo, 31 de dezembro de 1975.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1976.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Os estabelecimentos de ensino públicos não aceitaram a matrícula de crianças sem o mínimo de idade exigida. Contudo, levando-se em conta que os estabelecimentos particulares aceitaram as matrículas e um grande número de crianças já se encontra estudando regularmente, seria um contrasenso tirá-las da escola, o que, inevitavelmente, trará consequências muito sérias, principalmente de ordem psicológica, às vezes de caráter irreversível, prejudicando enormemente a formação de um ser em uma de suas fases mais importantes, o que, inclusive, poderá torná-lo arredo aos estudos.”

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à tribuna, nesta tarde, para manifestar, inicialmente, o nosso regozijo pelo passamento do 289º aniversário de Curitiba, ocorrido no dia 29 de março último.

Curitiba, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é vista hoje, como um exemplo de planejamento urbano. Contando para isso com formidável equipe de dedicados homens públicos, sob a liderança de pessoas realmente credenciadas, que têm dedicado o seu tempo e o seu talento, para que possamos ter uma cidade próspera e humana, com condições ideais de vida.

Atualmente, o engenheiro Saul Raiz tem se mostrado um administrador sensível às aspirações populares, dirigindo com invulgar brilhantismo os negócios públicos do município, fazendo notório o seu desempenho com a entrega de praças, jardins, vias públicas pavimentadas, salas de aula, e outras obras públicas de real importância. E que vêm, como dissemos,

atestar a sua visão e a sua especial atenção para que Curitiba venha a se constituir na cidade todos temos a satisfação de viver.

Não tem descuidado S. Exa. por outro lado, do necessário apoio a entidades que prestam relevantes serviços à coletividade.

Ainda recentemente, tomamos conhecimento do atendimento a um pedido formulado por uma comunidade que tem sua sede à Avenida Cândido de Abreu, e que recebeu de S. Exa. deferimento ao pedido formulado, no sentido de que o Poder Público fizesse a terraplenagem de uma determinada área de terreno, para que veículos pertencentes a membros daquela comunidade, possam ali estacionar. Evitando, assim, o congestionamento de via pública próxima.

Embora esse pedido não tenha sido formulado por nós, julgamos que agiu muito bem S. Exa., pois o prestigamento público da organização que serve efetivamente ao povo, é meritória. Esta correta decisão, entretanto, não foi compreendida por alguns observadores, chegando a figurar no noticiário da própria imprensa, que se estava proporcionando favor municipal em terreno particular, inserindo-se erroneamente na mesma nota que o objetivo seria a construção de estacionamento particular e posto de lavagem de veículos, o que jamais se planejou, nem se pretende fazer.

Por isso, e sabendo das puras intenções do Sr. Prefeito Municipal e dos planos reais da entidade beneficiária, manifestamos, nesta oportunidade, nossa solidariedade ao engenheiro Saul Raiz, pelo trabalho que vem desenvolvendo em prol da coletividade e em prol das entidades que têm contribuído para o progresso de nossa Capital.

Era só. — (Sem revisão do orador)

— (Assume a Presidência o Sr. Deputado GABRIEL SAMPAIO)

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para que possam entrar na Ordem do Dia de hoje e ser apreciados pelos Srs. Deputados, lerei somente a súmula de 2 requerimentos: um do nobre Deputado Deni Schwartz, que requer informações à Secretaria de Finanças e outro de minha autoria, dirigido ao Sr. Secretário de Transportes, no que concerne a uma melhor atenção à estrada que liga Ponta Grossa—Teixeira Soares—Irati.

Mas, o que me traz à tribuna, principalmente, no dia de hoje, é a análise de um projeto de lei que entrará na Ordem do Dia, Sr. Exa. o Sr. Governador, através de Armando Queiroz, através da Imprensa, de nota inserida no Diário Oficial de 23/03/76, fez um contrato entre o governo, representado por Armando Queiroz e o Instituto de Opinião Pública de São Paulo, um dos maiores, melhores e mais credenciados órgãos de pesquisa pública, que fez com que outros órgãos, como IBOP, IBGE, e outros correlatos, ficassem marginalizados desse contrato, identificando o Instituto Gallup de São Paulo, como o melhor credenciado para essa pesquisa.

Nas cláusulas subsequentes à primeira, está o Governo do Estado procurando saber qual a imagem do Governo Estadual e o prestígio das lideranças políticas entre a população.

Mais adiante, em outra cláusula, este mesmo Governo determina que através de 1.800 a 2 mil eleitores, de ambos os sexos, de níveis sociais e econômicos diferentes, de grupos de idades diferentes, enfim, de todas as formas possíveis, se apure a opinião dos paranaenses.

Em outra cláusula, esse mesmo contrato estabelece de que o Governo se encarregará de fazer a correção e verificar a veracidade das informações obtidas nos trabalhos de campo.

Mais adiante esse próprio Governo faz com que o valor desse contrato seja de 242 mil cruzeiros, que serão pagos em par-

celas. Determina ainda a especificação e remanejamento de verba a ser atribuída a Secretaria de Governo, representada por **Armando Queiroz**, o numerário suficiente para pagar esse contrato. E o que queremos, Sr. Presidente, é apresentar, nesta oportunidade, o seguinte Projeto de Lei. (Lê):

**“PROJETO DE LEI Nº 27/76**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar a esta Assembléia Legislativa, para conhecimento de todos os Senhores Deputados o resultado de toda e qualquer pesquisa de Opinião Pública por ele contratada a qualquer título.

Art. 2º — Recebido esse resultado a Comissão Executiva providenciará a extração de cópias e as encaminhará a cada um dos membros deste Poder.

Art. 3º — Terá o Poder Executivo, o prazo 10 (dez) dias a contar do vencimento do Contrato para proceder aquela remessa.

Art. 4º — O não cumprimento do contido na presente Lei, ou cumprimento parcial, implicarão em crime de responsabilidade.

Art. 5º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1976”.

Se o Governo, na pessoa do Sr. Governador, se interessa mais pela sua imagem administrativa, lá fora, no que diz respeito a esse contrato, por que além do prestígio do Governador, da sua imagem administrativa, está o prestígio das lideranças políticas, nada mais justo que a ilustrada bancada da ARENA, que se faz presente pela maioria neste Poder, tenha conhecimento do resultado oficial daquele órgão.

Parabenizamo-nos com S. Exa. o Sr. Governador que tenta saber como anda realmente sua imagem, porém não pelo seu pequeno staff, pela meia dúzia de . . ., que o rodeiam.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito que V. Exa. determine, a exemplo do Presidente anterior, que se expunjam das notas taquigráficas as expressões altamente ofensivas, dirigidas a homens de Governo, pelo eminente Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o requerimento e determino à taquigrafia que tire os termos ofensivos.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradecemos a deferência desta Presidência e temos a dizer que usamos, realmente, esse termo para ver se a sensibilidade era recíproca.

Realmente, foi de caso pensado esta nossa participação ao usarmos aquela expressão. O que vemos, é que quando a palavra é dita pelos homens do MDB nesta Casa, V. Exa. se sente na obrigação de solicitar que ela seja expungida. Nós aceitamos porque a palavra de um homem do MDB deve valer mais que outras palavras ditas nesta Casa.

Mas, terminando, Sr. Presidente, queremos dizer a este Plenário e a esta Casa que a intenção dada neste projeto se faz tão somente sentir naquela representação altaneira e de cabeça em pé e principalmente aplaudindo os bons atos do governo. Reconhecemos no Governo sua identificação administrativa, mas queremos que este Poder que também representa os grupos econômicos deste Paraná seja respeitado. E este Projeto de Lei nada mais será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o respeito do Governo Executivo para este Poder Legislativo.

Ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados não poderíamos de maneira alguma, ao finalizarmos nossa presença nesta tarde

da tribuna, deixar de dizer que, a tarde do dia de ontem foi um dos dias que menos se aprendeu nesta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho em minhas mãos, depois de haver lido e relido, as notas taquigráficas do meu pronunciamento feito desta tribuna, em Explicações Pessoais, e repito, Sr. Presidente, a qualquer dos Srs. Deputados da ilustrada bancada do MDB, que encontre nelas, qualquer expressão menos digna do valor e do apreço, e do respeito que sempre me mereceram os Deputados Estaduais.

Em nenhum instante, Sr. Presidente, me permiti a liberdade de ofender a dignidade pessoal de qualquer Sr. Deputado, como o fez neste instante, o Deputado Luiz Carlos Zuk, de Ponta Grossa.

Estão aqui as notas taquigráficas, Sr. Presidente, para que não se faça, delas, cavalo de batalha, nas sessões legislativas deste Poder e, aqui estão para serem lidas e distribuídas aos Srs. Deputados.

Eu afirmei no início do meu pronunciamento ontem, que considerava, como continuo considerando, Sr. Presidente, que, a intervenção — e não disse do nobre e minente Deputado Valter Pietrângelo, que sempre me mereceu todo o respeito nesta Casa — um ato impensado, ao tentar tirar desta tribuna, o orador indicado pela liderança da ARENA, por solicitação da Presidência desta Casa, para falar sobre o acontecimento histórico desta Pátria, que era o transcurso do 12º aniversário da Revolução Redentora de 31 de março de 1964.

Eu não ofendi ninguém, Sr. Presidente, ao afirmar que considerava uma ofensa ao que o MDB defende aqui, e fora desta Casa, que é a liberdade de expressão e de pensamento, porque, pretender impedir que um arenista fale dos feitos da Revolução, é relegar, é pisar, Sr. Presidente, num dos principais objetivos do MDB, que é assegurar a todos os políticos, a liberdade de expressão. E vim para esta tribuna, para significar que era fato inédito neste Parlamentar, pedir-se verificação de votação quando um orador se encontra na tribuna expressando — e entendo o mais importante — em nome da sua bancada, a vontade do seu Partido.

Foi isto o que eu disse, nada mais do que isto, Sr. Presidente. E não era necessário que o Sr. Líder do MDB, da tribuna sofismasse para comparar aquela atitude que eu não individualizei como sendo do eminente Deputado de Maringá, Valter Pietrângelo, mas a considere uma atitude de Bancada.

No Plano Federal, o MDB em sinal de protesto pelo transcurso dos 12 anos da Revolução, retirou-se do plenário e foi aquela atitude, Sr. Presidente, respeitada por nós. Por quê? Porque não pretendeu o MDB no plano federal, obstar a palavra da ARENA, naquele instante festivo para nós que somos arenistas.

E não vou aceitar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que comparem o pedido de verificação de quorum, as obstruções da votação, com o acontecimento de ontem à tarde — perfeitamente regimental é verdade, a intervenção — mas eu disse e repito, porque mal-educada, porque ofensa dirigida a nós, e à efeméride também. É esta a posição da qual não nos arredaremos em instante algum, faço questão de afirmar.

Passo às mãos do Sr. Líder do MDB as notas taquigráficas da sessão de ontem, para verificar se nelas existem as expressões de baixo calão que sistematicamente, daquela tribuna, são assacadas contra nós, de fidelidade bovina, de capachos, de cafa-jestes, e de outras expressões negocistas e de tantas outras profe-

ridas ali, e que nós temos suportado em nome do bom entendimento e do diálogo alto nesta Casa, e que nós não vamos mais suportá-los, Sr. Presidente, sob pena de transformarmos este Plenário, num local de rixas e de ataque, o que nós nunca pretendemos.

E que não se venha dizer que é inexperiência, como fruto daquele ato impensado; e que não venha dizer que eu fiz um discurso escrito porque estaria informado. Fiz anotações, algumas delas lidas daqui, e não sou nenhum vidente para pretender adivinhar as ações da bancada do MDB. Porque não mantenho nela, nenhum espião, Sr. Presidente, porque não somos integrantes da CIA e de nenhuma outra organização, que esteja pretendendo obstaculizar qualquer ato que seja digno e verdadeiramente parlamentar. E não equipar a minha fala com as expressões mal ditas, impensadas e inconsequentes, de expressões ofensivas assacadas contra nós, diariamente desta tribuna. É preciso que saibam todos, que os ilustres e eminentes Deputados do MDB, são homens dignos, valorosos, e nós reconhecemos neles, valor e dignidade. É necessário que os Srs. Deputados do MDB nos deixem na mesma altura, no mesmo nível. Estamos hoje, em contendas diferentes porque nós estamos no governo, eles estão na oposição. E Deus queira, se um dia o MDB alcançar o governo, mereça desta bancada, outros homens que nos sucederem na ARENA, um tratamento mais respeitoso, aquele que temos recebido da parte de muitos homens do MDB.

Muito obrigado. — *Sem revisão do orador*).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, no Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos a esta tribuna para analisar fatos decorrentes da força do poderio de divulgação deste Estado, para falar um artigo do jornal do Sr. Paulo Pimentel, "O Estado do Paraná", artigo mal-criado, impropriedade, ameaçador e desrespeitoso.

Nós, que estamos inscritos para falar no Grande Expediente desde segunda-feira, só hoje o conseguimos e, com muito prazer, com muita honra, sem medo deste poderio de divulgação, o faremos aqui de público, não de um veículo manejado pela força do poder econômico, mas de uma tribuna que pertence ao povo, ao meu povo, ao povo do Paraná.

S. Exa. como grande malabarista, ou melhor, como grande prestidigitador, como mágico que há muito tempo tem feito sair do Paraná, das cartolas menos avisadas, os coelhos perigosos, esqueceu que temos um passado político qualificado, que exercemos, na cidade em que nascemos, em que vivemos, e em que moramos, Santo Antonio da Platina, o cargo de Vereador de 59 a 63. Fomos Prefeito Municipal daquela comuna, de 63 a 68 e não fomos jamais aborto da política paranaense.

Nos temos passado na vida pública deste Estado, sem precisarmos e sem termos o apoio dos jornais de capitais feitos com a miséria do povo paranaense; de dispositivos de informações feitos através de um governo que tanto prejudicou este Paraná.

De um governo que transformou a Secretaria da Agricultura, uma das mais importantes deste Governo, num Departamento de distribuição de saquinhos de sementes para a agricultura.

De um Governo que transformou a Secretaria de Viação e Obras Públicas num festim de retratos, de fumaça de cigarros.

De um Governo que trouxe um homem respeitável para dirigir aquela Pasta, levando o seu nome para o diminutivo de Zézito, o Sr. José Miró! Guimarães, e depois o devolveu ao ostracismo, para ser olhado como homem indigno, para ser ridicularizado pela própria Revolução.

De um Governo que gastou e desgastou este Paraná com os monólogos dos mais indecentes e dos mais baixos e que fazia povoar o Paraná de placas — "Aqui se trabalha" —, enquanto não se via trabalho em parte nenhuma"

De um Governo que desgastou o Paraná com churrascadas e banquetes pelos quatro cantos do Estado.

Do ! tverno que fez voar os nelores pelos ares com o dinheiro público do Paraná, empobrecendo o plantel bovino deste nosso querido Estado.

De um Governo que foi mais que malabarista. Que foi prestidigitador, que foi um verdadeiro ludibriador da consciência popular deste Estado.

E se não houvesse, Sr. Presidente, mudado o sistema político deste Estado, a saída do Sr. Paulo Pimentel do governo seria a primeira grande vitória do meu Partido, do MDB.

Mas, vejamos o que diz o artigo que mencionamos, publicado no dia 26 de março do corrente ano. Diz o jornalista — e me perdoem a observação, jornalista que fere, principalmente a dignidade e a honradez e o tamanho da Lei da Imprensa, que proíbe a difamação, a distorção de notícias — diz aqui o pequeno artigo político, sob o título: "Lúcio. Por duas vezes consecutivas. O Deputado Benedito Lúcio Machado, do MDB, Barra do Jacaré".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o qualificativo de minha posição e de meu lugar político, está caracterizada no meu passado de vida pública exercida em minha cidade, Santo Antonio da Platina. Não me revolto porque Barra do Jacaré seja município pequeno, como não interessa Barra do Jacaré, ou Porecatu. Não me interessa saber se Barra do Jacaré seja uma cidade que tenha mandato um malabarista para governar este Estado e enriquecer-se posteriormente.

O que importa e que me traz a tribuna é a falta de respeito à minha formação política, que não admite que nem Paulo Pimentel que nem pessoas como ele, que faltaram com o respeito e a dignidade ao dirigir o Governo do Estado do Paraná. Como se fosse seu direito de usar e abusar de todos.

Sou por demais humilde para pensar em aparecer nas folhas dos seus jornais. Não pretendo essa divulgação de forma alguma. A divulgação que sempre me referi e que me fez alcançar esta posição na vida pública, foi o meu trabalho. Foi o trabalho que sempre prestei, a constância de ouvir a todos aqueles que a mim recorreram e que foram em busca de meus serviços para solução de seus problemas.

Mas, segue o malfadado artigo: "Ocupou a tribuna da Assembléia Legislativa para analisar a crise da ARENA no Paraná, deliciando-se especialmente, em criticar o ex-governador PAULO PIMENTEL. Toda a mágoa do parlamentar repousa no fato de que os veículos de divulgação pertencentes àquele homem público sempre tiveram o cuidado de selecionar e só publicar os pronunciamentos do Dito Lúcio, realmente de interesse para a coletividade. Se foram rara, entretanto, cabe ao próprio Deputado, que usa a tribuna duas ou três vezes por sessão para tratar de assuntos sem importância. Como os próprios Deputados, inclusive os de seu Partido, já não conseguem ouvir os "demorados", os prolixos discursos. . ."

Diz o jornal de Paulo Pimentel que meus discursos são prolixos, demorados, cansativos, ininteligíveis, e que preocupam os representantes do povo com assento nesta Casa, dos dois Partidos.

Se o Sr. Paulo Pimentel tivesse, pelo menos, sensibilizado-se com a responsabilidade que deveria ter um governo, jamais permitiria que um dos seus dispositivos de divulgação lançasse perjúrios e infâmias a quem usa da tribuna para defender o povo. Porque, quando vimos à tribuna não nos importamos que nossas palavras vão satisfazer ou não, os que aqui estão. Mas, nos importamos que nossas palavras, acima de tudo, sejam a expressão da vontade, do pensamento do povo que aqui representamos, aqui nesta Assembléia.

E se alguém desta ou daquela bancada considera prolixos nossos pronunciamentos não serão suas considerações que farão com que deixemos de aqui comparecer, tantas e quantas vezes forem necessárias, para tratar de assuntos exclusivamente



do interesse comum à gente do Paraná.

Não caberia, como não cabe e jamais caberá a uma imprensa sadia, analisar violentamente, indecentemente, malavissadamente, o pronunciamento deste ou daquele parlamentar desta Casa.

Portanto, as palavras contundentes colocadas em "O Estado do Paraná", sob o título "LÚCIO", não foi mais do que uma ameaça do Sr. Paulo Pimentel, porque conhecemos o seu modo de ação e sobre esse capítulo haveremos de voltar a esta tribuna mais algumas vezes, para analisar profundamente quantas negociatas foram feitas no seu Governo, pelo menos aquelas que conhecemos.

Se isso é ser prolixo, e demorado, se isso é cansativo, se isso é prejudicial aos ouvidos de alguns é interessante ao povo do Paraná, que sabe que nós usaremos desta tribuna, que é o maior veículo de divulgação, mesmo que nossas palavras fiquem entre quatro paredes. Mas elas constarão dos Anais desta Casa e a história contará, mesmo que seja num futuro distante, a verdade que deixaram de dizer, de declarar em muitos anos, com prejuízo ao meu próprio Estado.

Mas segue ainda o mesmo artigo: "Como nenhum órgão de divulgação do Paraná lhe dedica o mínimo espaço e o mínimo de tempo, Dito Lúcio cansou de falar em vão. Imaginou, então, que atacando o Senhor Paulo Pimentel, iria aparecer talvez nas manchetes nacionais. Pura ilusão".

Nós somos humildes demais, Sr. Presidente, para nos preocuparmos de ser manchete ou notícia de âmbito nacional. A nossa preocupação é corresponder à confiança do povo que nos outorgou mandato para representá-lo nesta Casa.

Se o Sr. Paulo Pimentel, o homem mais vaidoso que já conheci neste Paraná se alimenta e alimenta sua vaidade com o noticiário nacional, é bom que entenda que nós não pretendemos e jamais perderemos tempo com tal imaginação. Assim como não temos medo de seu poderio, do dispositivo de divulgação que se encontra em suas mãos, contra a própria Lei, contra o Regulamento legal.

Tudo o que disser o Sr. Paulo Pimentel, através de seu mecanismo de divulgação contra nós, ou a nosso favor, para nós não traz benefício nem malefício, porque entendemos que a pior condição de um órgão de divulgação é aquela de servir à vontade e à vaidade excessiva de seu dono, de seu amor, de seu proprietário.

Porque órgão de divulgação é aquele que prima pela verdade.

E conclui o artigo: "Chegamos a ser notícia através de um anúncio publicado nos classificados da "Gazeta do Povo", onde nos colocamos à disposição de quem o lia, para tratar da resolução de seus problemas.

Procedemos de forma e da forma de um homem público, porque o homem público que se preza, desta ou daquela forma, procura manter contato público com o povo e se coloca, acima de tudo, à sua disposição".

Aquele anúncio barato e mantido por nossa conta, levado aos lares de Curitiba e aos lares de outras cidades do Paraná onde chegou a "Gazeta Esportiva", trouxe a nós, centenas e centenas de casos. Tivemos a oportunidade de resolver, pelo menos, alguns problemas que foram apresentados pelos nossos missivistas. Isto, pelo contrário, em vez de nos envergonhar, muito nos honrou e nos dignificou porque foi através desse contato que pudemos prestar algum serviço; serviço humilde, mas certo; serviço senão relevante, porém efetivo.

É pena, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que um ex-Governador do Paraná, depois de ter feito tanto mal a esta unidade federativa, depois de encontrar com o poderio extraordinário de divulgação em suas mãos e ao seu bel prazer, procura lançar, como vítima, um simples Deputado, um simples representante do povo desta Assembléia.

Dissemos no primeiro capítulo que "o gigante sapateou

com a mordida da formiga", e o Sr. Paulo Pimentel que se prepare, porque haveremos de documentar fatos que ocorreram em seu Governo e que tanto prejudicaram o Paraná e que prejudicam até agora, depois de muitos anos.

Quando o chamamos de malabarista, quando o qualificamos de prestidigitador, analisamos, no mesmo jornal, e naquele mesmo dia, um artigo sobre o título "Líder do Governo aplaude Pimentel".

Esse mesmo artigo, também do seu jornal e do mesmo jornal, completamente mudado e completamente modificado, porque constam das notas taquigráficas as palavras do ilustre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, que disse daqui desta tribuna, sem arredar uma só vírgula, "que rompeu com o Governador Paulo Pimentel porque não acreditava e não encontrava sinceridade no seu comportamento".

No dia seguinte, o Sr. Paulo Pimentel, distorcendo o que o Sr. Líder do Governo havia dito, dizia em seu jornal "O Estado do Paraná", para manter o complexo de sua grandeza e de sua vaidade pessoal, o seguinte:

"Ao comentar ontem o lançamento da candidatura de Paulo Pimentel ao Governo do Paraná em 1978, o Líder do Governo na Assembléia Legislativa, Ivo Thomazoni, disse que com a presença do ex-Governador, a ARENA recebe uma força extraordinária a nível de eleições".

Era excesso da vaidade pessoal. É um homem que não soube honrar e dignificar sua caminhada para o poder. É um homem que imagina que todo o espetáculo que deu neste Paraná, espetáculo caríssimo, monólogos que custaram milhões de cruzeiros para o povo paranaense, podem sensibilizar este mesmo povo, para retorná-lo ao Governo.

É pena que este Paraná, que este meu Paraná tenha sofrido constantes e tão desastrosas investidas da direção de seu governo, leva-nos a crer até, que o primeiro nomeado, Sr. Haroldo Leon Peres, foi uma das vítimas de Paulo Pimentel, porque nós vemos quantas pessoas foram subjugadas ao ostracismo, como José Miró Guimarães, como Colombino Grassano, como José Munhoz de Melo e tantos outros que não lembramos nesta hora.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, estou ouvindo com atenção o seu pronunciamento, e eu gostaria de ressaltar a qualidade de bons homens que o Paraná já teve. Mas V. Exa. em seu pronunciamento, e por honra dos honestos, a V. Exa. eu gostaria de perguntar se o Sr. Haroldo Leon Peres foi vítima do Sr. Paulo Pimentel, ou se foi vítima da sua pretensa vontade de praticar corrupção neste País?

País?

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado, Paulo Pimentel, movido pela sua excessiva vaidade, caracterizado pelos erros administrativos durante sua presença no Governo do Estado do Paraná, faz presumir que foi um dos co-responsáveis pela falta de dignidade administrativa do primeiro governo nomeado, do Sr. Haroldo Leon Peres. Falo simplesmente sob presunção, analisando o procedimento do ex-Governador que não soube, desde os primeiros dias, respeitar seus companheiros. Deixei caracterizado, em todas as vezes que me pronunciei sobre o fato, de que não sou de um lado nem de outro, apenas cito os nomes, para poder elucidar os acontecimentos e os fatos. Por isso presumo-me que o Sr. Haroldo Leon Peres não conseguiu ser firmado no Governo do Paraná, que chegou até mesmo a ser expulso das obrigações administrativas deste Estado em consequência de fatos prejudiciais principalmente de ordem econômica, deixados como salto e herança do Governo de Paulo Pimentel.

Mas Sua Excelência diz em seu jornal, o ex-Governador diz em seu jornal O ESTADO DO PARANÁ, que queríamos ser notícia. Nós nunca fomos mercadoria de jornal ou de televisão, para se eleger a qualquer cargo eletivo; nós nunca fo-

mos o exemplo de seu priminho Luiz Cruz, que aparecia na constância dos dias nas páginas dos jornais de Paulo Pimentel, que aparecia na constância dos dias em que decorria a campanha nos programas de televisão que, conseqüentemente, um desconhecido vindo de outras plagas, conseguiu prejudicar os seus próprios companheiros do Partido governista, sendo o mais votado para Deputado Estadual.

Nós não precisamos, não queremos e entendemos que para nós é prejudicial a propaganda falsa e muitas vezes ridícula e mentirosa, que leva o homem ao poder; o poder só tem efeito de grandiosidade, quando a ele se chega através da vontade expressa do povo.

Porisso é que nos não tememos que se esvazie no campo de publicidade do Sr. Paulo Pimentel com os nossos do norte, que até hoje foi publicado quase que constantemente mas nunca a nosso pedido. E não será uma empresa publicitária de grandiosidade e de relevância na circulação deste Estadão, que irá nos amedrontar e fazer com que temamos, ao falar ou fazer aqui, discursos prolixos, demorados e inteligentes. O que importa é que as nossas palavras daqui, serão sempre ditas como a expressão da vontade do povo que representamos e principalmente do povo do Paraná.

Não somos de Barra do Jacaré, não somos de Porecatu, não somos de Avaré, somos do Paraná. Deste Paraná grandioso que acolhe de braços abertos, com dignidade e respeito não só aos homens de outra unidade federativa desta Nação Brasileira, mas de outros países deste continente, deste planeta terráqueo; acolhe todos com respeito e admiração que se envaidece o nosso povo e a nossa gente, pelo seu brio, pela sua dignidade, e, acima de tudo, pela sua humildade.

E quantas vezes se levanta homens que se faz importante, delegando esta importância ao poder que tem em suas mãos, nós sabemos que cedo ou tarde ele terá que cair no ostracismo, cair para a realidade, para que a realidade sinta como cobradora dos seus erros; para que ele se culpe a si próprio e a Nação não tenha que manter capítulos imaginários em sua história, inadvertidamente.

Mas vejamos ainda, o que diz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a "Folha de São Paulo", do dia 29 de março —com referência ao episódio da cisão ocorrida na ARENA. Diz o seguinte. (Lê):

"Talvez por ironia, foi exatamente com a presença do Presidente arenista em Curitiba, que se formalizou o rompimento público do Governador Jayme Canet Junior, com o ex-Governador Paulo Pimentel.

O Chefe do Executivo, na sua divulgação normal, agora dentro de um sentido estritamente comercial e a preço de tabela, sem qualquer condicionamento político, esta restrição, segundo ele, decorre de pedidos de muitos arenistas do interior, que estão se queixando de que os jornais e emissoras do ex-Governador, vêm realizando um trabalho sistemático para prejudicar a ARENA. Inclusive, com programas de críticas ao Governo, feitas não por jornalistas profissionais, mas por políticos".

Vejam bem, poderíamos qualificar, o Sr. Paulo Pimentel, por este artigo de jornal, como o mais incoerente dos incoerentes homens deste Paraná, que recebeu o potencial de divulgação como presente político de sua permanência na atividade de Governo deste Estado, e que hoje serve-se deste magistralíssimo poderio para instrumentalizar a derrota de seus próprios companheiros, daqueles que consigo fizeram-no subir, levaram-no ao poder e mantiveram-no também no poder econômico.

Hoje, ele usa essas mesmas condições para atacar seus próprios companheiros.

Não sou deste, nem do outro lado.

Apenas, Srs. Deputados, para analisar a incoerência do ex-Governador do Paraná, o Governador Jayme Canet criticou também declarações de seu antecessor sobre a campanha política de

74, afirmando que ele ficou fora durante a campanha, por vontade própria. Mesmo porque, foi várias vezes, convidado a participar e preferiu se omitir.

"O Dr. Paulo Pimentel disse, dias atrás, comentou, que era um arenista convicto e vai participar da próxima campanha. Ele já perdeu uma boa oportunidade em 1974. A Arena procurou convocar todos os companheiros em 74, no entanto ele ficou totalmente omissos, como vinha ficando anteriormente. Na minha opinião, também, um arenista convicto não lança o terceiro partido, como ele lançou há poucos meses".

"A Arena não tem dono, é o Partido aberto, e continuará esperando por todos os que possam dar sua contribuição, procurando somar.

O Dr. Paulo Pimentel entra como milhares de eleitores que estão se inscrevendo na Arena para trabalhar em favor do Partido. O Partido não tem dono e o que precisa é um sentido de trabalho em torno da unidade partidária.

O Partido é um conjunto, precisa portanto da colaboração de todos e não especificamente de um ou de outro.

O Governo negou ainda, que o rompimento com o Sr. Paulo Pimentel possa prejudicar a campanha arenista ou favorecer o MDB, nas eleições de novembro. Recusou-se também a responder se a participação do ex-Governador é útil ou não ao Partido".

O Sr. Paulo Pimentel está caracterizando que ficou como aquela alma que, de tanto penar, acabou não sendo recebida nem no céu, nem no inferno. Ficando no espaço aberto, para poder pagar os seus pecados.

De nossa parte, queremos ainda observar rapidamente, o que diz "A Voz do Paraná", do dia 28 de março do corrente ano: "Do ponto de vista político, o ex-Governador (1966-1971) manifestou sua disposição de permanecer na Arena e revelou que, no encontro que mantivera momentos antes com Francelino Pereira, este lhe teria garantido que não pesa sobre ele nenhuma ameaça ou expulsão do Partido".

Vejam, Srs. Deputados, o ex-Governador está preocupado e quase certo, que seria expulso do seu Partido político, e fez questão de conversar pessoalmente com o Presidente Nacional de seu Partido, para saber se poderia se tranquilizar.

No entanto, isso caracteriza perfeitamente a estória do Titan, alguém teria que ficar ao lado de fora, alguém teria que ser lançoado ao mar.

A corrida do Sr. Paulo Pimentel naquele dia foi tão grande que diz aqui "A Voz do Paraná": "Pimentel desmentiu ter sofrido qualquer ameaça por parte dos Ministros Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, Gal. Golbery do Couto e Silva, e João Batista Figueiredo respectivamente. Pelo contrário, diz ele, recebeu apenas uma exortação para que se integrasse mais efetivamente no Partido".

Esta exortação caracteriza determinação porque o Sr. Paulo Pimentel, para se manter em pé, pelo conhecimento que tenho de sua caminhada na vida pública, é capaz de sacrificar não somente seus companheiros, como sacrificou também um homem honrado que é Cândido Martins de Oliveira, culpando-o de uma responsabilidade que é sua, mantendo-o num programa de TV para atacar o Governo que é de seu Partido.

Paulo Pimentel mais uma vez demonstrou que, para ficar em pé, é capaz de esmagar, de desrespeitar, como desrespeitou este humilde Deputado, com qualificações injuriosas, absurdas e intempestivas.

Aí está caracterizado o maldoso e im procedente ato do imperador da divulgação neste Paraná.

Oxalá a Revolução, que não é da ARENA nem do MDB, a Revolução que nós sabemos deverá ser o esteio da segurança deste País, acorde para realidades como esta, porque meu Partido, o Movimento Democrático Brasileiro, como promotor dos erros do Governo, como responsável pela análise dos acontecimentos prejudiciais aos interesses comuns do povo,

denúncia, na constância de sua existência, fatos que corrompem a dignidade administrativa desta Nação.

E que veja a Revolução responsável pela segurança deste País, como sempre viu, os fatos errados desta Nação, que o Sr. Paulo Pimentel fere dispositivo dos mais legais, quando mantém neste Estado, como de sua propriedade, cinco órgãos de divulgação, servindo-se destes órgãos de divulgação de grande ascendência para colocá-lo no seu banco de "anjo vaidoso" para prejudicar os menos favorecidos, as pessoas que querem na realidade que injustiças não sejam cometidas, que lei de imprensa seja respeitada, que Constituição seja dignificada, que legislação deste País não seja ferida, não seja derogada.

Que o Sr. Paulo Pimentel fique com aquilo a que tem direito e que transfira aquilo que, por direito, não lhe pertence a outra área, a outros grupos de atividades, porque é muito perigoso nas mãos de um homem que se envaidece com o poder, poder tão grande como este que se encontra em suas mãos.

De nossa parte permanecemos de cabeça erguida, sem procurar receber qualquer fato ou notícia publicada em seus órgãos de divulgação, falada ou escrita.

Estamos aqui para dizer ao Senhor ex-Governador do Estado do Paraná que só temos uma responsabilidade que caracteriza profundamente em nós a responsabilidade de defender os direitos do nosso povo, de apontar os erros do Governo e pedir justiça para a gente do meu Paraná.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Apucarana tinha criado um banco há 16 anos, com filiais em 6 outras localidades da região.

Neste fim de semana, os apucaraneses puderam ler os editais de fechamento do BANCO DE CRÉDITO RURAL DO PARANÁ SOCIEDADE COOPERATIVA. Era uma cooperativa de crédito montada por gente de Apucarana, com sede em Apucarana, para servir sobre tudo aos pequenos comerciantes e lavradores. Os pequenos proprietários, lavradores, comerciantes e muitos professores são testemunhas do atendimento correto e dos relevantes serviços prestados por essa Cooperativa de Crédito.

Desde 1960, o Banco de Crédito Rural do Paraná vem estimulando e garantindo o desenvolvimento dessa região que tem Apucarana como seu polo de progresso. Nesses 16 anos, o "BANQUINHO", como carinhosamente diziam os apucaraneses, já tinha levado filiais com o nome "DEPARTAMENTO" para a localidade de Itacolomi, Cambira, Pirapó, Rio Bom, Jardim Alegre e São João do Ivaí.

Em 1964, já houve uma tentativa injusta e inadmissível de fechar os departamentos por parte de um Órgão Fiscalizador do Banco Central, que ignorava as leis vigentes no País para as Cooperativas de Crédito. Mas essa tentativa foi superada com o parecer do Procurador da República e a condenação do Juiz da 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O Supremo Tribunal Federal chegou a reconhecer como "ABUSO" a tentativa do Órgão Fiscalizador do Banco Central naquela época.

Agora, 12 anos depois, o Órgão Fiscalizador volta novamente e fecha toda a Organização da Cooperativa de Crédito criada em Apucarana. Isso acontece exatamente quando o Presidente da República reiteradas vezes demonstra o seu interesse pelo desenvolvimento do cooperativismo neste País, e quando estamos a dois dias da visita do Ministro da Agricultura, que vai a Apucarana inaugurar o GRANELEIRO DA CANORPA, Cooperativa Agrícola do Norte do Paraná. Os Apucaraneses estão confusos e decepcionados com essa política que distribui dezenas de milhões de cruzeiros para uma Cooperativa Agrícola construir um graneleiro e tira os poucos milhões que eram fa-

tores de desenvolvimento para os pequenos proprietários, sócios do Banco de Crédito Rural do Paraná.

A morte deste Banco de Apucarana merece uma celebração política fúnebre por parte de nossa gente, que se sente assim economicamente marginalizada por um órgão ventral que tem o dever de amparar e estimular instituições, que realmente possam servir os brasileiros de pequena renda "per capita".

O fechamento do Banco de Apucarana vem provar mais uma vez como é grande o preço dos homens idealistas e como enorme a decepção de uma pequena organização financeira, forte na sua estrutura, eficiente no seu serviço, que se vê aliado de panorama econômico nacional sem mais nem menos.

Apucarana de novo não entende esta tentativa de 1964 e esta decisão de 1976, contra a Cooperativa de Crédito de Apucarana, que tão bons serviços prestou à coletividade. Sobre tudo porque a grandeza de um povo está baseado no trabalho organizado e no idealismo perseverante.

É sabido também que em suas operações com os cooperados o Banco de Crédito Rural do Paraná usou, única e exclusivamente, recursos dos próprios cooperados, não devendo nada a nenhuma instituição financeira privada ou pública, até o momento de subirmos para usar esta tribuna, não tivemos oportunidade de manter contacto com os dirigentes dessa Cooperativa de Crédito em Apucarana. Quando assim o fizer, retornarei para dar outros esclarecimentos e pedir providências a quem de direito.

Desejo ouvir o liquidante designado pelo Banco Central, mas de antemão afirmo em nome do povo da região que orgulhosamente represento nesta Casa, a nossa decepção diante dessa política econômica que arraza e aniquila qualquer iniciativa privada de homens de ideal e coragem que durante 16 anos souberam criar, sustentar, desenvolver e animar essa Cooperativa de Crédito de Apucarana e Região.

Esperamos que a CANORPA, tenha sempre as garantias e o apoio federal para as suas realizações no desenvolvimento cooperativo agrícola no Norte do Paraná.

Depois do lastimável Decreto 1495, de nível Estadual para complicar a vida de 4 mil professores, acontece agora este EDITAL, em NÍVEL FEDERAL, do Banco Central para atrapalhar a vida de milhares de cooperados em Apucarana. Por isso, triste este atestado de óbito do Banco de Crédito Rural do Paraná, perguntamos: a que interessa e porque é interessante o desmantelamento da cooperativa de Apucarana?

E isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é fazer uma crítica sadia à política do Governo, vale dizer, à política da Situação, que não se confunde, não pode se confundir com a filosofia da Revolução. A Revolução, os seus valores são intangíveis e a própria legitimidade do Partido da Oposição se baseia na legitimidade dela. Por isto é que preguei e que prego que a ARENA como Partido é um Partido falido e só o MDB pode salvar o regime, desde que empunhe a bandeira da defesa dos valores revolucionários de seus objetivos definitivos, e desde o momento em que todos os seus membros parem de contestar aquela legitimidade para exigir o retorno do Governo às purezas da fonte originária contida na filosofia do PREÂMBULO DO ATO Institucional número 01. Lá está escrito que o único titular do poder constituinte é o povo. Lá está escrito que uma revolução só é revolução quando traduz o interesse e a vontade da Nação. Desde o momento em que a Revolução se confunde com a ARENA ela deixa de ser da Nação inteira e passa a traduzir a vontade e o interesse de um grupo, traindo desde esse momento, a filosofia democrática escrita no preâmbulo do Ato Institucional número 1.

Por isto é que digo e repito é que só o MDB poderá salvar o Brasil do impasse que se avizinha exigindo o Sistema que o ta em pé de igualdade com a ARENA, mas para poder exigir isto é preciso que a Direção do MDB entenda que é preciso que o próprio Partido estirpe de seu meio, não aqueles que usam do

direito de afirmar a LEGITIMIDADE REVOLUCIONÁRIA.

Culpado é aquele que a contesta e culpado é o partido que permite a contestação.

Lutamos MDB e ARENA juntos para salvar as instituições, voltando as fontes da pureza revolucionária contidas no Preâmbulo do Ato Institucional número 1.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O povo está desacreditado de certas instituições neste País, o povo que é o único titular do Poder, está sentindo a necessidade de uma mudança, porque não podemos confundir Revolução com ARENA; não podemos confundir revolução de idéias com administração.

E é necessário que a revolução volte ao Ato 1 - que lhe deu origem, para então este País voltar a ter eleições diretas para Governo do Estado e para Presidência da República.

Ao encerrar o nosso pronunciamento, rendemos aqui uma homenagem a um paranaense que é apucaranaense, porque tem o título de Cidadão Honorário de nossa cidade; render uma homenagem a este homem, brasileiro, que todo Brasil conhece, respeita e admira e que agora, galgou um dos mais altos postos dentro do Exército Nacional.

Rendo uma homenagem desta tribuna a um democrata, filho de família tradicional deste Paraná; rendo uma homenagem a um paranaense que hoje é General do Exército deste País, General Ayrton Pereira Tourinho, um homem democrata, cumpridor de suas obrigações e de seus deveres, porque se assim não o fosse, neste posto não estaria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fica registrado nos Anais desta Casa, o nosso protesto ao Banco Central, pelo fechamento da Cooperativa de Crédito Rural de Apucarana. Fica registrado nesta Casa hoje, a tristeza de um povo que é mais uma vez decepcionado, que mais uma vez é marginalizado.

E deixamos aqui a pergunta:

A quem interessa o atestado de óbito do Banco Central? Só pode interessar aos grandes grupos que vêm esmagando o médio empresariado neste País; só pode interessar aos trustes internacionais que vivem a sugar o sangue e o trabalho do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nosso muito obrigado. — (Sem revisão do orador).  
(Reassume a presidência o Sr. Deputado PAULO CAMARGO).  
O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, lido da tribuna. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nº 177/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 191/75, que aprova o termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Entidade Binacional ITAIPU e a Universidade Federal do Paraná, visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento urbano da cidade de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

**3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nº 205/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 308/75, que aprova o termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Colorado, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

**3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 157/75, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Externato São Francisco Xavier, com sede na cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nº 253/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 343/75, que aprova o termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 166/75, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que declara de utilidade pública, a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Professora Maria Pereira Martins, bairro da Barreirinha, nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### Projeto de Lei nº 166/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Professora Maria Pereira Martins, da Barreirinha, nesta Capital;

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) Alfredo Gulin.

#### JUSTIFICATIVA:

Entre as inúmeras finalidades desta Associação, podemos destacar a de caráter beneficente, educativo e de assistência social, que tem por finalidade específica a aproximação mais íntima dos educadores, pais e mestres para seu próprio aperfeiçoamento, a fim de mais eficientemente poderem trabalhar para a formação de educandos, como ser ajustado, útil e produtivo à sociedade humana.

Mantém também, um serviço de assistência aos menores necessitados e abandonados, e além desses serviços presta tantos outros mais de indiscutível caráter comunitário, não havendo dúvidas de que se trata de uma Entidade de utilidade pública de fato.

Assim sendo, o nosso objetivo é que tal Entidade não seja de utilidade pública apenas de fato, mas também de direito.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e aprovação do presente.

#### Comissão de Constituição e Justiça

Parecer ao Projeto de Lei nº 166/75.

De autoria do nobre Deputado Alfredo Gulin, visa o presente Projeto de Lei declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Professora Maria Pereira Martins, da Barreirinha, nesta Capital.

Analisando-se a justificativa apresentada e a documentação que o acompanha, temos que os requisitos essenciais, exigidos pela legislação Estadual e Federal, reguladora da matéria, estão preenchidos.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1975.

aa) Accioly Neto - Presidente  
Luiz Roberto Soares - Relator.

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 168/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Operária Esperança, com sede e foro na

cidade de São José dos Pinhais. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

**Projeto de Lei nº 168/75.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Beneficente Operária Esperança, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1975.

a) Maurício Fruet.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade acima referida, inegavelmente, presta relevantes serviços à comunidade de São José dos Pinhais e preenche todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria. Espera-se, portanto, a aprovação deste plano de lei.

**Comissão de Constituição e Justiça**

Projeto de Lei nº 168/75

**PARECER**

De autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Sociedade Beneficente Operária Esperança, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Pelo exame dos seus Estatutos, verifica-se que, realmente, a entidade acima presta inestimáveis serviços assistenciais aos seus associados. Não visa lucros e a sua Diretoria não é remunerada, estando, assim, satisfeitos todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

a) Accioly Neto - Presidente

a) Fabiano Braga Côrtes - Relator.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão de Srs. Deputados para representar esta Casa, na XII Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, a realizar-se em Londrina. — **Aprovado.**

Esta Presidência designa os Srs. Deputados Del Ciel, Dácio Leonel, Fuad Nacli e Osvaldo Macedo, para comporem a referida Comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao programa de televisão "Entre Nuvens e Estrelas" pelo seu 14º ano de apresentação através do Canal 12 — Televisão Paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, a fim de que determine uma melhor conservação à estrada PR-59 que demanda de Ponta Grossa - Teixeira Soares-Iratí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Senador Mauro Benevides e a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, manifestando o apoio desta Assembléia ao Projeto de Lei que regulamenta o Art. 45 da Constituição Federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de congratula-

ções ao Sr. Presidente da República, pela medida saneadora de abusos cometidos por governadores que, muitas vezes por fins políticos tem paralisado o andamento de obras e serviços de relevantes interesses públicos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encaminhando sugestão para que, quando da nova reformulação do Regulamento do Conselho Estadual de Educação, venha a determinar a alteração do Parágrafo 1º do artigo 3º do Regimento do Conselho Estadual de Educação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de que determine seja realizada a eletrificação rural do município de Quatro Barras. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que informe sobre a programação para a construção da Agência de Rendas do município de Capanema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que informe sobre a indenização de Imóveis Rurais, atingidas pelo alargamento da estrada que liga Cafezal a Pérola. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Reverendo José Ferreira Filho, pela sua assunção à direção do Departamento de Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que autorize para que as crianças já matriculadas no 1º ano, do 1º grau de ensino, possam prosseguir normalmente seus estudos, muito embora não estejam enquadradas na faixa regulamentar de idade. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2 (dois), sexta-feira, às 10,00 (dez) horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 81/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 210/76, de 13 de janeiro de 1975, deste Poder,

**RESOLVE:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de JAHIR DALAGASSA, matrícula nº 075, ocupante do cargo de nível PL 18, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.



DECRETO LEGISLATIVO Nº 76/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 78/76, de 6 de janeiro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de JOANA DE BIASSIO DA CUNHA, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 09 de março de 1976.  
aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA  
1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET  
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 77/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12964/75, de 18 de dezembro de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LIDIA MUCHINSKI, ocupante do cargo de nível "PL-21", matrícula 487, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 02 (dois) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 09 de março de 1976.  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA  
1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET  
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 78/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 306/76, de 20 de janeiro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em

favor de GLACI BELICH; matrícula 154, ocupante do cargo de nível "PL-19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 02 (dois) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 09 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA  
1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET  
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 79/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 12815/75, de 15 de dezembro de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JONAS DE SOUZA PORTO, matrícula 514, ocupante do cargo de nível "PL-18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 04 (quatro) meses correspondentes ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1973 e 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 09 de março de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA  
1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET  
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 80/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 211/76, de 13 de janeiro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de novembro de 1975, em favor de CLEMETILDE DELFINA BORTOLON, matrícula 387, ocupante do cargo de nível PL 19, da série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 02 (dois) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 09 de março de 1976.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA  
1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário